

Pressão não funciona com Judiciário, garante Néri

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Neri da Silva, afirmou ontem que o Poder Judiciário não cede a qualquer tipo de pressão e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) analisará com toda a destreza o caso da candidatura Sílvio Santos. Qualquer recurso posterior ao STF também será analisado pelos ministros, mas não há como prever a questão relativa aos prazos, porque "o tribunal não trabalha sob hipóteses. A Justiça sempre cumpriu o seu dever e não deixará de fazê-lo agora", disse.

As declarações foram feitas após a sessão solene do Congresso Nacional pelo Centenário da República, que não foi o sucesso de público esperado pelos organizadores. A exceção dos tradicionais discursos — marcados pela insatisfação com o atual quadro político — a expectativa era o julgamento da candidatura Sílvio Santos.

A parte derrotada no julgamento do TSE de hoje vai encaminhar um recurso extraordinário ao presidente do Tribunal, Francisco Rezek. Caberá a ele decidir se cabe recurso ao Supremo da decisão do TSE. Rezek vai decidir de acordo com o parágrafo 3º, artigo 121 da Constituição Federal, que esclarece: "São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariem esta Constituição e as de negatórias de **habeas corpus** ou mandado de segurança."

Como o processo que envolve a candidatura de Sílvio não é um **habeas corpus** ou mandado de segurança, e sim um pedido de registro de candidatura, restará a seus advogados arguir a inconstitucionalidade da decisão. Francisco Rezek poderá rejeitar esta argumentação. Neste caso, os advogados poderão tentar um último recurso: encaminhar, imediatamente, ao STF, um agravo regimental.